



Lutando pelo III Reich: o caso dos Soldados Brasileiros de Hitler

Dennison de Oliveira,

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp; Professor dos cursos de graduação e pós-graduação no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e orientador de pesquisas na área de História da Secretaria Estadual da Educação do Paraná.

kursk@matrix.com.br

No ano de 2001 tomei conhecimento do livro de Norberto Toedter intitulado “... e a Guerra continua”, lançado no ano anterior. Trata-se de um texto que contém as memórias (e opiniões) pessoais do autor, impresso por ele mesmo.¹ Tendo nascido em Curitiba (PR) descreve o período 1942-45 que ele viveu na Alemanha, na condição de membro da HitlerJugend, ou a Juventude Hitlerista. Apesar de cheio de considerações subjetivas, senão fantasiosas, o livro trazia uma visão do lado de dentro da vida cotidiana na Alemanha Nazista que a mim parecia inédita e valiosa. O contato direto com este autor me permitiu ter acesso à parte do universo de leitores desta obra que com seu autor manteve intensa correspondência. Foi graças a estes contatos, que tive acesso àquele grupo que aqui é denominado de “os soldados brasileiros de Hitler”.

A existência desse grupo era dada como certa pelos pesquisadores da história da Força Expedicionária Brasileira (FEB).² O intenso tráfego de pessoas de origem ou descendência alemã entre o Brasil e a Europa no período anterior à eclosão da guerra em 1939 permitia deduzir que um número substancial de indivíduos do sexo masculino nascidos aqui houvessem, por diferentes razões, permanecido naquele país e, eventualmente, tivessem prestado o serviço militar sob as forças armadas que Hitler mantinha sob seu comando. Mas se tratavam de pessoas que – se ainda vivas fossem – provavelmente evitariam se expor, não legando à posteridade seus depoimentos. Felizmente para a História do Brasil e Mundial tal não aconteceu – pelo menos no que se refere ao reduzido grupo com quem tive oportunidade de conversar.

1. O Estado Nacional Brasileiro e os “brasileiros” que viviam na Alemanha do pós-guerra

A participação do Brasil entre as 16 nações que tomaram parte ativa nos combates contra a Alemanha Nazista (1933-45) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45) fez com que a recém-constituída Organização das Nações Unidas (1944) deliberasse por incluí-lo entre os países que deveriam enviar representação ao Conselho Aliado de Controle. Tal órgão era o responsável pela administração do território da Alemanha recém-derrotada (8.05.1945) naquela guerra. Em março de 1946 no número 14 da Killman Strasse, na área de Wansee em Berlin, foi então aberto um escritório da Missão Militar Brasileira naquela cidade. Seu comandante, o então coronel do Exército Brasileiro, Aurélio de Lyra Tavares, nos conta que, antes mesmo de iniciados os trabalhos, a repartição já estava recebendo volume

¹ <http://2a.guerra.zip.net/index.html>

² BONALUME, R. A nossa Segunda guerra mundial: os brasileiros em combate. Rio de Janeiro, Expressão e cultura, 1995. e MAXIMIANO, C. C. Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na 2ª Grande Guerra. São Paulo, 1995, Ed. do autor.

substancial de pedidos provindos de brasileiros que pleiteavam junto àquele órgão repatriação para o Brasil.³

Na Alemanha derrotada e destruída do imediato pós-guerra, era grande o número de pessoas que demandavam, na Alemanha, tal tipo de permissão. Por toda parte, pessoas que foram forçadas pelas tropas de ocupação do III Reich de Hitler a servirem na Alemanha como trabalhadores recrutados, desejavam retornar aos seus países de origem; inversamente, cidadãos de países agora sob ocupação soviética, demandavam sua ida para outros países que não os de regime comunista ou, se tal não fosse possível, permanecer na Alemanha. Finalmente, tanto cidadãos comuns quanto os quadros dirigentes e executores de uma variedade de políticas do governo alemão sob Hitler, também desejavam se evadir do país ocupado. Os primeiros para fugirem das miseráveis condições de vida, os outros porque haviam ordens de prisão emitidas pelas autoridades aliadas que pesavam sobre si.

Uma vez abertas as atividades da Missão, grande número de pessoas já lá se encontrava para pleitear pessoalmente a permissão de retorno ao Brasil, mantendo “filas permanentes” de interessados em torno do prédio. O coronel Tavares registra que em 83% dos casos os pedidos diziam respeito a brasileiros que haviam entrado na Alemanha entre 1938 e 1939 ou, no que se refere à conjuntura da época, entre a anexação da Áustria (que os alemães se referem como sendo o “Osterreich”) conhecida como o “Anchluss” e o início da guerra, quando o trânsito entre os dois países é drasticamente afetado, até se encerrar definitivamente com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 22.08.1942.

Para além do exame dos antecedentes políticos, pré-requisito para a liberação de qualquer indivíduo que desejasse se retirar da zona de ocupação Aliada, Lyra Tavares se refere a um outro problema: como encaminhar a análise de pedidos de brasileiros que haviam, com toda evidência, prestado serviço militar às forças armadas (Wermacht) alemãs em tempo de guerra? De um ponto de vista

³ TAVARES, A. L. Quatro anos na Alemanha ocupada. Rio de Janeiro, BIBLIX, 1951.

legal, ele reconheceu de imediato que estes indivíduos tinham dupla nacionalidade, estando portanto sujeitos aos imperativos da cidadania alemã, enquanto vivessem no território do III Reich, agora extinto. Do ponto de vista da jurisprudência brasileira, são considerados como tal todos que nasceram em território nacional. Por outro lado, segundo a jurisprudência alemã, são considerados assim todos os descendentes de alemães. Finalmente, não deixou de considerar o coronel que a Lei do Serviço Militar Alemã de 1937 impunha a todos eles, em tempo de guerra, a obrigação de prestar este serviço na Wermacht.

Ao fim do primeiro semestre de 1949, o coronel Tavares podia relatar que cerca de três mil brasileiros haviam sido repatriados de volta para cá, número que acabou se elevando para cinco mil, uma vez que o plano de repatriação incluía também os membros alemães (isto é, assim considerados pela lei brasileira, uma vez que eram nascidos lá) das famílias. Navios brasileiros faziam nesse período três viagens anuais entre os dois países num esforço de dar conta da demanda. Ao fim das atividades da Missão em dezembro de 1949 ainda restaram embarcar cerca de 1.200 pessoas, das quais quase mil eram constituídos de brasileiros. Ao final dos onze embarques sob sua responsabilidade, Lyra Tavares havia contabilizado o envio para o Brasil de 2.445 “brasileiros” e 2.752 “estrangeiros”.

Talvez jamais se saiba com exatidão quantos destes eram do sexo masculino e se encontravam no grupo etário recrutável para o serviço militar pelo regime de Hitler. Contudo, se levarmos em conta que o ingresso na Juventude Hitlerista havia se tornado compulsório em 1935, bem como o fato de que essa organização foi chamada ao fim da guerra para exercer papel de auxiliar das forças armadas alemãs, só se pode concluir que aqueles que não se envolveram no serviço militar – sob qualquer forma – certamente constituem exceções.

Presumo que várias centenas de brasileiros lutaram na Segunda Guerra Mundial sob a bandeira da Alemanha Nazista. Não se pode descartar até mesmo o fato de que indivíduos nascidos aqui tenham combatido entre si, levando em conta

os dez meses de participação da FEB na Campanha final da Itália contra a Wehrmacht naquela guerra, embora até o momento inexistam evidências a respeito.

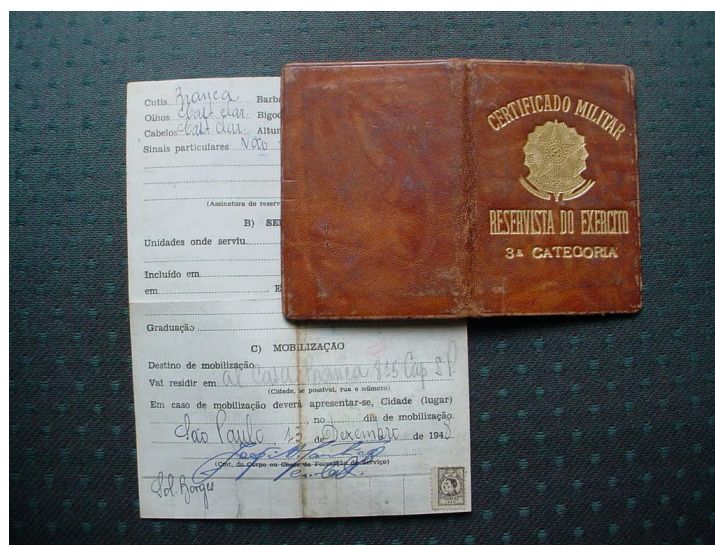
Por razões óbvias a todo leitor informado, a experiência de vida desses indivíduos, suas memórias e vivências, ficaram até recentemente silenciadas. O tabu contra os indivíduos que prestaram serviço militar sob a bandeira do inimigo, bem como a revelação ao fim da guerra do real significado do projeto nazista (genocídio, escravidão, racismo, totalitarismo, etc.) trabalhou para que a aparição desse tipo de relato permanecesse praticamente impossível. Contudo, a validade do exame e preservação desse tipo de memória sempre foi amplamente reconhecida: o testemunho daqueles que viveram, trabalharam e – neste caso – lutaram pelo III Reich pode nos fornecer pistas importantes para o entendimento de uma série de eventos que tornaram o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial possibilidades históricas.

2. Cidadania e nacionalidade na Alemanha e no Brasil

Conceitos como cidadania e nacionalidade, bem como as práticas a eles associadas, são sempre o resultado de um processo de construção histórica. No caso dos imigrantes de origem alemã que vieram ao Brasil, bem como seus descendentes, tal processo foi vivido de maneira contraditória, senão conflituosa. Na base do conflito está a disjunção entre os princípios fundantes destes conceitos que, no caso alemão, priorizam a origem familiar do indivíduo. Em termos jurídicos, ele é entendido como o *jus sanguinis*. Já o caso brasileiro se prende ao local do nascimento, em se tratando de definir a cidadania e a nacionalidade do indivíduo. Juridicamente, esta prática é conhecida como o *jus solis*.

Sucessivos autores tem se dedicado à interpretar os conflitos que daí advieram para os imigrantes de origem alemã e seus descendentes, em especial na

conjuntura da grande nacionalização (1935-45) desencadeada no período Vargas (1930-45).⁴ Contudo, não se tem dado ênfase à este conflito à luz da mais importante das obrigações cívicas que recai sobre os indivíduos do sexo masculino, ou seja, o serviço militar em tempo de guerra. Nossa pesquisa também foi dedicada ao entendimento da experiência histórica de indivíduos oriundos de famílias de origem alemã que, tendo nascido aqui no Brasil, se viram sob diferentes circunstâncias recrutadas para lutarem nas forças armadas alemãs (*Wehrmacht*) durante a Segunda Guerra Mundial. Aqui o foco da pesquisa recai sobre o entendimento do processo de definição da nacionalidade e cidadania destes indivíduos a partir do seu engajamento na *Wehrmacht* (1939-45) até a regularização de suas obrigações militares perante o Exército Brasileiro (1946-1949).



Certificado de reservista do Exército Brasileiro de um dos entrevistados (1948)

⁴ LESSER, J. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994, vol. 28, pp. 121-150. Ver tbm: SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. & SANTOS, R. (orgs.) Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996. pp. 41-58
_____, Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In: Estudos afro-asiáticos, no. 20, 1991, pp. 165-184.

Foram tomados até agora na pesquisa o depoimento de cinco indivíduos que, nascidos no Brasil, lutaram pela Alemanha, bem como o de um irmão de um deles que havia nascido na Europa, fixando-se posteriormente no Brasil, totalizando seis indivíduos. Embora toda a história de vida deles seja de interesse, o foco dos depoimentos recai naturalmente sobre sua experiência durante a vigência do III Reich. Nela, o ingresso no serviço militar obrigatório, é entendido como momento privilegiado de análise por ser onde se manifesta de forma aguda o caráter tenso e contraditório vivido por estes indivíduos de dupla nacionalidade e que se vêem forçados a encarar os deveres inerentes ao exercício da cidadania.

Um exemplo extremo se refere ao entrevistado nascido em São Paulo em 1925 que adotou o pseudônimo de “Der Amerikaner”, literalmente “o americano” para conversar conosco. Ele e a família haviam viajado para Alemanha à passeio e para rever parentes, lá chegando pouco antes da guerra começar, o que os impediu de voltar ao Brasil como contavam fazer. Em 1943, ocorre sua convocação para o serviço militar. Tendo atingido a idade para alistamento ele compareceu diante da junta do serviço militar local. Sua primeira inspiração foi alegar a condição de brasileiro (*brasilianer*), nascido em São Paulo, como demonstravam seus documentos de identidade. Em resposta teria ouvido a seguinte pergunta do alistador: “Mas se você tivesse nascido na África isso faria de você um negro?”. Desconcertado, respondeu que não, ouvindo em seguida a decisão de que ele teria de se alistar, uma vez que era de família de origem alemã. De fato, tratava-se da imposição da lógica do princípio do “*jus sanguinis*”, em contraposição àquela do “*jus solis*” que ele imaginava que nesse caso deveria prevalecer.



Três irmãos nascidos no Brasil que estavam de alguma forma engajados no esforço de guerra do III Reich: à esquerda de quem olha na foto Peter, com uniforme do exército; o próprio Martin ao meio, já como tenente (leieutnant) e Fritz (nosso entrevistado), ainda usando o uniforme do exército com uma braçadeira da Hitlerjudeng (indicativo das circunstâncias em que estudantes se iniciavam no serviço militar). Medalhas da esquerda para a direita: Cruz de Ferro, Medalha do Primeiro Inverno na Frente Oriental (1941) e de Ferido em Combate de outro entrevistado. A *Medaille Winterschlacht Im Osten* (1941-42) que também era conhecida como *OstenFrontMedaille* concedida a todos que combateram na Rússia naquele inverno. É interessante se notar que essa condecoração também era conhecida jocosamente como *Grefierfleisch Orden* (ou ordem da carne congelada). Finalmente, ele também recebeu o distintivo de ferido em combate (*Verwundeten Ahzeichen*) na cor negra, concedido àqueles que tivessem sido feridos até duas vezes em ação.



Foto a esquerda, “Der Amerikaner” (ao centro na foto) e dois de seus colegas de escola, trajando uniformes de diferentes forças armadas alemãs (SS e Exército). Posteriormente ambos foram mortos em combate. À direita, cartão de 21º aniversário de “Der Amerikaner” quando detido pelos Aliados no

campo de prisioneiros suspeitos de serem nazistas perigosos em Hammelburg. Desenhado pelos colegas (1946), com referências ao aniversariante e ao Brasil. O entrevistado aparece acima caracterizado como um macaco de óculos, comendo uma banana e sentado sobre uma palmeira, ladeado por um papagaio e uma girafa (!). Na parte de baixo do desenho uma imagem suave do campo onde estavam detidos.

Um segundo momento revelador das contradições inerentes ao seu processo pessoal de definição da nacionalidade ocorreu quando da sua incorporação à unidade de combate pela qual seria levado à linha de frente. No dia do embarque para a linha de frente todos estavam fardados, armados, identificados e barbeados em forma no pátio da escola de treinamento de sargentos que ele havia cursado quando finalmente foi sabido o destino final: o *front* italiano.

Naquele estágio da Segunda Guerra Mundial na Itália já estava lutando ali uma Força Expedicionária Brasileira que, segundo se divulgava pelo serviço de propaganda das rádios norte americanas, seria composta de três divisões de infantaria e que já estaria treinando no norte da África. Sabendo, pois, que uma força militar composta por brasileiros estaria chegando em breve na Itália, ele ponderou que não poderia ser enviado para a frente italiana.

Tão logo pôde o nosso sargento comunicou reservada e pessoalmente ao seu capitão que não poderia ir, uma vez que, como artilheiro não poderia ser obrigado a atirar sobre seus “patrícios”. Certamente ele imaginava que seus colegas de escola na capital paulista deveriam estar formando a maioria dos combatentes da FEB.

Na presença do major e do capitão, sempre privadamente, o nosso entrevistado insistiu em suas alegações e usando da palavra ainda teve a presença de espírito de acrescentar uma alegação mais plausível do ponto de vista da ética militar que regia a guerra total na qual a Alemanha havia mergulhado: “... e tem mais: já pensaram se eles me pegam prisioneiro? No mínimo me passam vivo pelo moedor de carne!”. E acrescentou: “... não me nego a ir ao front – mas não contra meus patrícios brasileiros!”

O que o salvou foi a intervenção de um outro major. Este indivíduo havia nascido na Namíbia (antiga África Oriental Alemã até 1918), filho de pais alemães, e

provavelmente sabia melhor do que ninguém o que um indivíduo com estas características passa ou sofre nestas circunstâncias. Tendo ouvido o que se passava teve tempo de se inteirar dos fatos e intervir. Por expressa recomendação sua o sargento foi declarado “doente”. Aliás, extremamente doente, portador de doença altamente contagiosa, recentemente contraída, a qual – curiosamente - não havia sido diagnosticada em nenhum dos exames que precedeu o embarque. Ele deveria ficar de cama em repouso absoluto durante uma semana, sem poder se levantar. Sem mais delongas ele foi metido em pijamas e posto numa ala com outros três doentes tendo ao seu lado um penico. Afinal de contas, o novo paciente tinha ordem expressa de permanecer de cama, sendo proibido até mesmo de ir ao banheiro. Entre o súbito diagnóstico desse major médico e o internamento do sargento não se passou nem meia hora

É óbvio que o fim do nosso depoente só foi evitado pela providencial intervenção desse major médico. A respeito desse personagem duas considerações parecem ser indispensáveis: primeiro o fato de que seu maior dever àquela altura dos acontecimentos da guerra para a Alemanha era precisamente detectar os casos de fingimento de doença para viabilizar evasão do serviço no *front*; o segundo é que na sua folha de serviços constava a experiência de ter lutado na campanha da África Ocidental Alemã (atual Namíbia) onde, dado o emprego tanto de tropas nativas quanto de alemães “raciais” ele certamente deve ter tomado conhecimento de todo tipo de conflito de ordem pessoal no que se refere à questão da nacionalidade/identidade nacional. Compreende-se, pois, que ele tenha se solidarizado com o depoente e se identificado com seu drama íntimo, resolvendo-se a arriscar incorrer numa violação das determinações ética e legais vigentes para permitir ao sargento evadir-se do *front* com uma falsa doença.

Uma semana depois, o trem que levava seu batalhão já deveria estar longe, rumo aos Apeninos Italianos, isso se a guerrilha Tcheca não sabotasse os trilhos ou atacasse o comboio. Seu destino seria o de embarcar num trem na direção oposta para enfrentar os guerrilheiros (*partizans*) nos Montes Cárpatos. Depois de uma

extensa folha de serviços na frente oriental, foi finalmente capturado pelos britânicos ao término da guerra. Sua filiação à Juventude Hitlerista lhe causou problemas com as autoridades aliadas de ocupação e ele só foi liberado das investigações a que foi submetido dois anos depois.

O retorno ao Brasil se deu em fevereiro de 1948 num navio que zarpou de Hamburgo no *Reveillon de 1947-48*. Chegando aqui nosso entrevistado teve de enfrentar uma outra dificuldade de ordem formal: para exercer qualquer atividade no serviço público ou na iniciativa privada era indispensável apresentar o Certificado de Quitação das Obrigações Militares, obrigatório para todo maior de 18 anos nos termos da lei brasileira desde 1906. Contudo, o entrevistado não chegou a se alistar no Brasil, uma vez que quando chegou à idade legal para alistamento, já estava há anos na Alemanha.

Um bom advogado e contatos familiares na burocracia militar contornaram essa objeção e ele foi declarado “insubmisso”, isto é, apenas e tão somente um cidadão que perdeu o prazo de alistamento, não o tendo feito na época devida. Trata-se da categoria mais branda dos crimes da lei militar que considera em nível ascendente de gravidade também as categorias dos “refratários” (isto é, que se alistaram, mas não compareceram para prestar o serviço militar), os “desertores” (que compareceram e depois de algum tempo se evadiram) e os “traidores” (que se evadiram para lutar sob bandeira de países inimigos).

O pagamento de uma multa e uma cerimônia de fidelidade às forças armadas brasileiras resolveram o problema. Assim é que, depois de ter alegado sua condição de brasileiro para evitar servir às forças armadas do III Reich, quase ter sido executado por se recusar a combater brasileiros e ter sido tratado como alemão perigoso pelas autoridades aliadas de ocupação na Alemanha, nosso entrevistado viveu a experiência singular de jurar defender e honrar a bandeira brasileira numa singela cerimônia realizada no pátio de um quartel em São Paulo, cidade onde vive até hoje, tendo recebido o certificado de reservista de 3^a. categoria. Conflitos deste

tipo, isto é, com órgãos recrutadores da Alemanha e do Brasil permeiam a lembrança de todos os demais entrevistados.

Conclusão: história e memória entre os Soldados Brasileiros de Hitler

Característica distintiva das memórias destes indivíduos é o seu caráter crítico das interpretações dominantes sobre a guerra, senão francamente revisionista. Veja-se, por exemplo, a forma pela qual encaram o início da guerra. Aqui é importante destacar que foi justamente a promessa de garantir a integridade territorial da Polônia contra Hitler que levou a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha em 1939. Contudo, a guerra foi declarada apenas contra a Alemanha. Nada se fez contra a URSS, a qual coube mais ou menos a terça parte do território polonês após a destruição do seu exército. Compreensivelmente meus entrevistados insistiam sempre em me chamar a atenção para o que lhes parecia àquela época (como ainda hoje) ser uma total incoerência da Inglaterra em declarar guerra apenas contra a Alemanha, já que sob essa alegação caberia também fazer o mesmo à URSS.

Outra crítica recorrente dos indivíduos entrevistados, às versões correntes sobre a guerra, diz respeito aos ataques aéreos. Esta última lembrança, embora revestida dos atrativos da divulgação da manifesta superioridade das máquinas e (no final da guerra) dos pilotos aliados, era constrangida pela memória das centenas de milhares de vítimas civis nos bombardeios à Alemanha. Não surpreende o interesse que desperta na Alemanha, ainda hoje, o estudo e a preservação da memória dos ataques aéreos terroristas anglo-americanos sobre aquele país. Menos surpreendente é a recorrência com que meus entrevistados se referem aos ataques aéreos terroristas perpetrados contra o povo alemão: eles próprios sofreram com

estes bombardeios, neles perderam amigos e familiares e, finalmente, foram chamados a participar da defesa aérea de suas cidades.⁵

Finalmente, cabe mencionar ainda o lugar ocupado pela memória do genocídio nazista entre os entrevistados. Nenhum deles revela ter tido conhecimento do processo de sistemático genocídio das minorias “indignas de viver” sob o III Reich e, ou de suas origens, todos eles duvidam que o mesmo tenha acontecido, pelo menos não na escala ou com a intencionalidade que hoje reputamos ao processo.

Esta postura é compreensível. Estudos recentes têm enfatizado o caráter excepcional da formação e recrutamento dos elementos envolvidos com o planejamento e execução das atividades genocidas do III Reich. Confrontando-se diretamente com interpretações que enfatizam o caráter dos alemães “comuns” que teriam se engajado como perpetradores do genocídio, estudos recentes têm destacado o caráter peculiar, de um ponto de vista social e psicológico, dos elementos mais destacados nas tarefas de extermínio, bem como o considerável esforço desenvolvido pelas elites nazistas tanto para legitimar a matança, quanto viabilizá-la mentalmente entre os perpetradores. Hoje sabemos que o assassinato a sangue-frio de famílias inteiras como rotina diária apresentava desafios mentais e comportamentais incomuns aos seus executantes, levando a uma série de doenças psicológicas e comportamentos socialmente desviantes que a elite nazista teve de enfrentar.⁶

Em tempos mais recentes, publicações mais radicais chegaram a propor que praticamente cada alemão adulto tinha consciência do genocídio e com ele concordava.

A partir de um limitado número de evidências, chegou-se mesmo a proclamar-se que a adesão de alemães comuns ao programa do genocídio como perpetradores das matanças e torturas, seria resultado de um ato voluntário, resultado da crença amplamente disseminada de que os judeus eram realmente

⁵ FRIEDERICH, J. O incêndio: como os aliados destruíram as cidades alemãs. Rio de Janeiro, Record, 2005.

⁶ RHODES, R. Mestres da morte, Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

seres nocivos e perigosos, e por isso acreditava-se que seria não só necessário como urgente que eles “desaparecessem”.

Não se pode, absolutamente, descartar que – em algum grau – alguns indivíduos tenham aderido voluntariamente ao programa de extermínio e dele participado, em suas diversas e sucessivas fases, embora generalizações desse tipo sejam sempre arriscadas. Calcula-se que cerca de 40.000 indivíduos estiveram diretamente envolvidos no extermínio de seres humanos durante a vigência do III Reich. Número talvez igual a esse de pessoas eram necessárias para as atividades de apoio ao genocídio e, por extensão, também era altamente provável que soubessem das finalidades últimas de seu trabalho. Contudo, deve se levar em conta que a progressiva transformação das técnicas de extermínio visava tanto aliviar o fardo emocional que tinha de ser carregado pelos perpetradores, quanto garantir o sigilo da operação. Estas providências parecem ter sido bem sucedidas, em especial nos dois últimos anos da guerra. Mesmo nessa época o extermínio em escala industrial promovido pelo nacional-socialismo ainda era objeto de franca descrença, tanto por parte da maioria das suas vítimas (como por exemplo, das centenas de milhares de judeus húngaros arrebanhados quase que sem esforço para uma última grande leva de prisioneiros rumo a Auschwitz em 1944) quanto da opinião pública mundial – que precisou esperar o fim da guerra para ser convencida da extensão do genocídio nacional-socialista.

Outra evidência neste sentido é apresentada pelo livro de Riggs⁷ dedicado aos homens de ascendência judia nas forças armadas alemãs. Mesmo entre os militares alemães que tinham parentes judeus, o grau de conhecimento da política genocida do regime era quase nulo. E, mesmo quando evidências manifestas do processo de extermínio de judeus e outras raças inferiores eram conhecidas, tendia-se a encarar tais fatos como excepcionais, e não como parte de um projeto mais amplo de erradicação das raças “indignas de viver”.

⁷ RIGG, Bryan Mark. Os soldados judeus de Hitler. Rio de Janeiro, Imago, 2003.

Não é impossível que a maioria do povo alemão ignorasse a inteireza do horror que encerravam os campos, mas certamente alimentava – no mínimo - enorme indiferença com relação ao destino dos seus internos. O debate a respeito do grau maior ou menor de responsabilidade dos alemães comuns, longe de se intensificar, parece estar aumentando, indicando que – talvez – o povo alemão tenha perdido a oportunidade histórica de ajustar as contas com seu próprio passado.

Em tempo de guerra, a maioria das pessoas se dedica a cuidar da sua própria sobrevivência, prestando muito pouca atenção ao restante do mundo. Tal fato deve ser levado em consideração ao pensarmos sobre as possíveis atitudes do povo alemão ao programa do genocídio, a fim de que as motivações para dele participar, ou ignorar seus resultados, não se resuma a uma correlação automática entre adesão a uma determinada visão de mundo e subsequente engajamento em determinada ação coletiva. O correto entendimento da experiência histórica do genocídio, e das experiências humanas relacionadas com a Segunda Guerra Mundial ainda vai continuar por muito tempo a desafiar os poderes de explicação do historiador.